

FORNECEDORES DE TECNOLOGIA PARA ÓRGÃOS IMPORTANTES DE DEFESA NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA – RIO GRANDE DO SUL: UM ESTUDO DE CONTRATOS E VOLUME FINANCEIRO

INTRODUÇÃO

De acordo com Schmidt e Assis (2013), a indústria de defesa nacional tem alcançado, com mais consistência, certa relevância na pauta das políticas públicas do governo brasileiro, e requer destaques para Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID) – 2005; a Estratégia Nacional de Defesa (END) – 2008, e o Plano Brasil Maior (PBM), de 2011. Segundo Kon (1997), um instrumento fundamental para tornar operacional e implementar as políticas públicas, é o orçamento público, este correspondendo a um plano de gastos posteriores com base em uma expectativa de receitas. Schmidt e Assis (2013) acrescentam que o Brasil ainda carece de informações sobre a indústria de defesa devido a também não se deter conhecimento total da dimensão da indústria de defesa, sendo assim, um obstáculo para formular, implementar e acompanhar as políticas públicas indicadas a fomentar o setor. Kon (1997) ainda acrescenta que o governo, sendo agente econômico assim como objeto de planejamento, está alocado por unidades públicas que englobam órgãos federais, e mais especificamente para o proposto estudo, o de defesa nacional, uma área importante e estratégica dentre as políticas de desenvolvimento econômico. O órgão responsável pela defesa nacional é o Ministério da Defesa (MD), e segundo Schmidt e Assis (2013) será que o MD está conseguindo selecionar fornecedores que contribuam para o desenvolvimento de uma Base Industrial de Defesa (BID) adequada aos interesses nacionais? Ainda com Schmidt e Assis (2013) os aspectos ligados a investimentos pontuais são notadamente importantes para o fornecimento de materiais de defesa, já que partes significativas das aquisições de defesa são dedicadas a produtos não rotineiramente produzidos e que exigem ativos e habilidades específicos de defesa. O autor faz-se à relevância que as compras de defesa exigem foco especial em termos de políticas públicas.

OBJETIVO E JUSTIFICATIVA

Pretende-se mapear uma quantidade de empresas que fornecem materiais tecnológicos para os órgãos

de defesa do município de Santa Maria – Rio Grande do Sul, assim como elucidar a quantia de volume financeiro envolvido nos contratos firmados totais, por deter da visão, de que o governo tem responsabilidade de tomar os passos necessários para motivar mudanças no tocante de aquisição de matérias de defesa.

METODOLOGIA

Através da pergunta sugerida pelo autor, o presente estudo visa levantar dados de fornecedores de tecnologia cadastrados na *homepage*: Interface de Programação de Aplicativos (API) de Compras Governamentais, para os órgãos de defesa presentes no município de Santa Maria – Rio Grande do Sul. Serão trabalhadas as variáveis de quantidade e volume financeiro de contratos totais, no software Microsoft Office Excel 2007 para facilitar a tabulação e geração de gráficos para análise.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

E dado o eixo de defesa nacional, já que materiais de defesa sempre estarão circunscritas à política nacional de defesa e às escolhas estratégicas de cada país, torna-se necessário levantar dados de compras governamentais para uma possível viabilização de um cenário de planejamento de política pública frente às compras para setores importantes no município de Santa Maria – Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

- KON, Anita. *Subsídios Teóricos e Metodológicos ao Planejamento Econômico Público*. São Paulo: Fundação Getulio Vargas, 1997. 153 p. (Relatório de Pesquisa número 12/1997).
- SCHMIDT, Flávia de Holanda; ASSIS, Lucas Rocha Soares de. *A Dinâmica Recente do Setor de Defesa no Brasil: Análise das Características e do Envolvimento das Firms Contratadas*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013. 70 p. (Coleção Textos para Discussão 1878, out/2013).

Autor: Leandro Gabriel Flamino (UFSM) | flamino.leo@gmail.com

Orientador: Fabiano Geremia (UFSM) | fabiano.geremia@ufsm.br